

# Relatório aponta prejuízo de CR\$ 200 milhões

BRASÍLIA — De acordo com o relatório preparado pelos auditores do TCU, os governadores Jáder Barbalho e Íris Rezende terão de devolver à União cerca de CR\$ 200 milhões pelas irregularidades levantadas quando ocuparam o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad). Os auditores consideraram "ilegítimo" o pagamento de um total de 63.844 Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para complementar os preços de 1,163 milhão de hectares de terras adquiridas para realizar a reforma agrária.

De setembro de 1987 a julho de 1988, quando esteve à frente do Mirad, Jáder adotou uma política de apropriação de terras para a reforma agrária pagando preços de mercado a seus donos. As chamadas "negociações amigáveis" tinham o objetivo, conforme ele declarou na época, de evitar conflitos com os proprietários rurais e acelerar o processo de reforma agrária. Em 1988, Jáder chegou a ser acusado de pagar indenizações bem maiores do que o preço de mercado das áreas, e até mesmo por valores mais altos do que os definidos anteriormente pelo próprio Mirad.

Entre as terras adquiridas irregularmente estavam as fazendas Chopin I, Chopin II, e Machado Quinhão. Os auditores não pouparam Íris no relatório, considerando suas explicações insuficientes: "Verificamos que o sr. Íris Rezende Machado foi lacônico, simplista e

não trouxe fatos ou elementos novos que possibilitassem alterar o direcionamento da análise anterior", dizem, referindo-se às irregularidades no pagamento de TDAs para a compra das terras. "Deste modo, em razão dos prejuízos impostos aos cofres públicos em razão dessa operação, voltamos a propor que o ex-ministro recolha o valor concernente aos 53.177 TDAs pagos a mais na aquisição das três fazendas: Chopin I, Chopin II e Machado Quinhão".

No documento também é mencionado o ajuste complementar relativo ao Projeto de Preservação e Restauração do Meio Ambiente em Áreas de Castanhais do Tocantins Paraense. "O sr. Jáder Barbalho tenta mostrar que fez tudo com credibilidade e seriedade, na lei, pela preservação e restauração do Polígono dos Castanhais", informam os auditores.

No entanto, em agosto de 1988, o então deputado Olívio Dutra (PT-RS), depois prefeito de Porto Alegre, acusou Jáder da tribuna da Câmara de transformar "a reforma agrária numa negociata agrária" e citou o caso do Polígono dos Castanhais. De acordo com Dutra, os castanhais não constituíam propriedade, pois eram cedidos pelo Estado do Pará, que poderia requerer a área e volta. Por causa disso, eles não poderiam ser desapropriados. Ele disse que o então ministro, "nessa verdadeira negociata, desbaratou recursos". (C.P.)